



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

UASG 931390

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados, englobando planejamento, organização, elaboração, coordenação, execução, suporte técnico-operacional e fornecimento de sistema tecnológico voltado à implementação e monitoramento de projetos de cidadania e qualificação, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Itirapina, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **03/06/2026** às **9h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

BENEFÍCIO ME/EPP

Não

TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP (art. 4º da Lei nº 14.133/2021)

Sim



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de planejamento, organização, elaboração, coordenação, execução, suporte técnico-operacional e fornecimento de sistema tecnológico voltado à implementação e monitoramento de projetos de cidadania e qualificação, visando atender às demandas da Escola do Legislativo e do Programa Câmara Jovem da Câmara Municipal de Itirapina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência – Anexo I e demais anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados empresas do ramo de atividade econômica compatível com o seu objeto.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- 2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12. Além das vedações estabelecidas nos itens anteriores, não será permitida a participação de empresas:

- a) estrangeiras que não funcionem no País;
- b) reunidas sob forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública Municipal conforme a Súmula nº 51 do Tribunal de Contas;
- d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/98;
- e) declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, ou é dispensado, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no processo;

4.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no processo.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10 (dez) reais.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de até quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço / maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- 5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.22.2.2. Empresas brasileiras;
- 5.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Relação de Impedimentos de Contratar / Licitação ou declarados inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, conforme vedação estabelecida no item 2.12, alínea "a" deste Edital.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia armazenados digitalmente no sistema.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Os documentos necessários para habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada, de forma individual, ou publicação em órgão da imprensa oficial, apresentados em formato digital escaneado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

7.8.1. Para efeitos da comprovação de habilitação, deverão ser enviados, até a data e o horário estabelecido para o fim do recebimento de propostas, os documentos a seguir relacionados:

7.8.1.1. Da Habilitação Jurídica

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente quando a atividade assim o exigir e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;
- e) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- f) no caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- g) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.8.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais da sede do Licitante.
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS) previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou Certidão Previdenciária;
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT).

7.8.1.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista para Micro e Empresas de Pequeno Porte

- a) para a habilitação, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação completa e exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

b) a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento que o substitua.

7.8.1.4. Para que a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte tenham tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006

a) quando optante pelo SIMPLES Nacional deverá apresentar: Comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no site da Secretaria da Receita Federal;

b) quando não optante pelo SIMPLES Nacional deverá apresentar: Declaração de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que deverá ser assinada por seu representante legal, conforme ANEXO III deste Edital;

c) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

7.8.1.5. Outras Comprovações

a) declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, asseverando que o Licitante não está declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração Pública ou impedido de licitar e contratar com esta Administração Municipal.

c) declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

d) declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

e) habilitação econômico-financeira:

I. Certidão Negativa de Falência e Concordata, Recuperações Judiciais ou Extrajudiciais emitida pelo órgão Distribuidor competente da comarca da sede do licitante.

II. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis **do último exercício sociais**, com o respectivo termo de abertura, ativo, passivo e termo de encerramento do livro diário, já exigíveis e apresentados na forma da lei com o Registro na Junta Comercial, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo profissional contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

III.No caso de Livro Digital deverá ser apresentada a cópia dos Balanços Patrimoniais (Ativo e Passivo) devidamente assinadas por Contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, juntamente com o Recibo de Entrega dos Livros Digitais junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e também o Requerimento de Autenticação de Livro Digital junto ao Departamento Nacional de Registro do Comércio, emitido pelo SPED, igualmente dos últimos 02 (dois) exercícios sociais.

IV.A comprovação da boa situação financeira das licitantes será verificada pela obtenção do índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultante da aplicação das fórmulas abaixo, não sendo aceitos resultados menores a 1 (um), em qualquer dos índices:

ILG = Índice de Liquidez Geral

SG = Índice de Solvência Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

$$\text{ILG} = \frac{(\text{Ativo Circulante}) + (\text{Realizável a Longo Prazo})}{\text{Passivo Circulante} + (\text{Passivo Não Circulante})}$$

$$\text{ISG} = \frac{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Passivo Não Circulante})}{(\text{Ativo Total})}$$

$$\text{ILC} = \frac{(\text{Passivo Circulante})}{(\text{Ativo Circulante})}$$

V.Se qualquer índice do Subitem anterior for inferior a 1 (um), a empresa participante deverá comprovar através do Balanço Patrimonial possuir patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor previsto nesse Edital para contratação, para evitar a inabilitação pelo referido Subitem.

VI.As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar na documentação para Habilitação, Certidão expedida pela Junta Comercial (conforme artigo 8º da Instrução Normativa n.º 103 de 30/04/2007 Departamento Nacional de Registro do



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

Comércio), ou Declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

VII.As cooperativas beneficiárias dos Arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) deverão apresentar declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

VIII.A documentação exigida para habilitação deverá obrigatoriamente ser apresentada à Comissão de Licitação, junto ao Setor de Licitações na forma original ou cópia no prazo máximo de 2 (DUAS) horas após o encerramento da etapa de lances, podendo ser prorrogável por igual período e submetendo-se ao envio na plataforma eletrônica.

IX.Os documentos exigidos terão validade nos prazos que lhe forem próprios; inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidos por trinta dias corridos contados de sua expedição.

7.8.1.6. Disposições Gerais da Habilitação

a) as certidões exigidas nos itens anterior, somente serão aceitos se a data de validade neles assinalados for igual ou superior a data marcada para abertura da sessão pública deste certame, na hipótese de não constar nos documentos o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para envio via sistema (até a data e o horário estabelecido para o fim do recebimento de propostas), salvo apresentação de prova hábil para comprovar validade superior;

b) os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Prefeitura a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme alínea “a” deste subitem;

c) somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

d) os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, numerados e precedidos de índice ou descrição que os identifique claramente.

7.8.1.7. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos de Habilitação deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.11. A verificação dos documentos e a exigência dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64,):

7.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

7.18. A homologação do resultado ficará condicionada à realização e aprovação da Prova de Conceito (PoC), sob pena de desclassificação da licitante, conforme item 14 do Termo de Referência.

7.19. Da habilitação técnica:

I. Comprovação de aptidão da Empresa para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, através de 1 (um) ou mais **atestados** fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa realizou:

- Planejamento, organização, elaboração, coordenação e suporte técnico-operacional para a execução da **Escola do Legislativo**;
- Planejamento, organização, elaboração, coordenação e suporte técnico-operacional para a execução do programa **“Câmara Jovem”**.
- Fornecimento de sistema/plataforma on-line de **Ensino à Distância**.
- No caso de certidão(ões) ou atestado(s) fornecidos por pessoa jurídica de direito privado, deverá(ão) estar acompanhado(s) de cópia do competente contrato, quando celebrado, e da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is).
- A(s) certidão(ões) / atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridades ou representante de quem o expediu, com a devida autenticação ou outro meio capaz de confirmar sua autenticidade.
- O proponente poderá apresentar um único atestado que conteple todos os requisitos ou quantos atestados forem necessários para comprovar a capacidade técnica.

II. O licitante deverá apresentar um **portfólio detalhado** contendo, no mínimo, **cinco serviços previamente executados**, especificando:

- Descrição dos Serviços Prestados:** Informações detalhadas sobre a natureza e o escopo dos serviços realizados.
- Clientes Atendidos:** Indicação das empresas, instituições ou órgãos para os quais os serviços foram prestados.
- Comprovação da Prestação dos Serviços:** Indicação dos números dos contratos, notas fiscais, atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes que validem a execução dos serviços.
- Infraestrutura e Equipamentos:** Descrição dos recursos materiais disponíveis para a execução dos serviços, incluindo equipamentos e estrutura física da empresa.
- Registro Fotográfico:** Inclusão de imagens ilustrativas da estrutura e dos equipamentos utilizados na execução dos contratos.
- O portfólio deverá ser apresentado de forma clara e organizada, permitindo a avaliação objetiva da capacidade técnica e operacional da empresa.
- A Câmara poderá realizar diligência para comprovar as informações.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

III. Comprovação da empresa de possuir **equipe técnica** composta por no mínimo 1 membro em cada especialidade nas áreas de formação superior em: Língua Portuguesa; Pedagogia e Análise de Sistema.

a. A relação nominal da equipe técnica deverá ser composta com os respectivos currículos resumidos assinados pelo profissional e comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante (contrato de prestação de serviço, registro em carteira de trabalho ou fazer parte do quadro societário da empresa) e comprovação da formação acadêmica profissional dos componentes da equipe técnica, por meio de certificado de conclusão do respectivo curso. O currículo de cada profissional deverá conter: identificação, escolaridade, cópia autenticada dos títulos e ser entregue em no máximo três (3) folhas de papel tamanho A4 e deverá conter data e assinatura do profissional, responsabilizando-se pelas informações com a seguinte declaração:

<p>Declaro que faço parte da equipe técnica do (a) empresa _____ e responsabilizo-me pelas informações prestadas neste currículo.</p> <p>_____ (Cidade e UF), ____ de _____ de _____. (Assinatura)</p>
--

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- 9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. Advertência;
 - 9.2.2. Multa;
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do envio de e-mail para os seguintes endereços: licitacao@itirapina.sp.gov.br; licitacao3@itirapina.sp.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico

<https://www.camaraitirapina.sp.gov.br/imprensa/licitacoes>

11.11. Para assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente para a execução do serviço o Contratado deverá apresentar para a Administração Declaração de Atualização Cadastral, sendo que o cadastramento deve ser feito dentro do “Portal de Sistemas” do TCE/SP, no ícone “CadTCESP” (<https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/>), nos termos da Resolução nº 21/2022 publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 24/11/2022.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 11.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Orçamentária
- 11.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato

Itirapina, 15 de maio de 2026.

Verº Gabriel Ferreira Gobbi
Presidente da Câmara Municipal de Itirapina



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de planejamento, organização, elaboração, coordenação, execução, suporte técnico-operacional e fornecimento de sistema tecnológico voltado à implementação e monitoramento de projetos de cidadania e qualificação, visando atender às demandas da Escola do Legislativo e do Programa Câmara Jovem da Câmara Municipal de Itirapina

2- DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1 A **Câmara Municipal**, enquanto instituição pública, exerce um papel fundamental na promoção da transparência, na educação para a cidadania e na capacitação contínua de servidores e agentes políticos. Nesse contexto, a contratação de uma empresa especializada para a implementação e gestão da **Escola do Legislativo** torna-se essencial.

2.2 O custo estimado total da aquisição é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), prevista em

2.3. As despesas decorrentes do presente ajuste correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal.

Ficha: 08
Classificação funcional programática: 01.031.9001
Categoria econômica: 3.3.90.39.00

3- DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1 O escopo dos serviços deverá incluir a oferta de **cursos e treinamentos presenciais e a distância**, o desenvolvimento e manutenção de uma **plataforma de ensino virtual** e a execução do **Programa Câmara Jovem**, fortalecendo as ações institucionais da Câmara. Com isso, busca-se aprimorar a qualificação do corpo técnico-administrativo, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o funcionamento do Legislativo e incentivar a participação cidadã, contribuindo, assim, para o desenvolvimento democrático e social.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

3.2 A contratação de empresa especializada justifica-se pelos seguintes aspectos:

- a) **Qualidade Técnica:** Empresas qualificadas possuem expertise, infraestrutura e metodologias atualizadas para oferecer capacitações alinhadas à legislação vigente e às melhores práticas de gestão pública.
- b) **Programa Câmara Jovem:** Iniciativa essencial para a educação cidadã, requer suporte especializado para garantir metodologias didáticas eficazes, incentivando a participação política de crianças e adolescentes.
- c) **Eficiência na Capacitação:** O uso de uma plataforma EAD amplia o acesso de servidores e agentes políticos à formação, permitindo aprendizado flexível e econômico, sem prejuízo às atividades diárias.
- d) **Conformidade Legal:** A contratação atende aos princípios da Lei nº 14.133/2021, assegurando economicidade, eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

4- DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Etapa 1: Planejamento Inicial

- a) Realização de reuniões estratégicas com representantes da Câmara Municipal para levantamento de demandas e definição de metas.
- b) Elaboração do cronograma detalhado para a execução das atividades da **Escola do Legislativo** e do **Programa Câmara Jovem**.

Etapa 2: Desenvolvimento de Ações Educativas

- a) Organização e execução de **cursos, treinamentos, oficinas e eventos** conforme o plano anual.
- b) Implantação e gestão da **plataforma EAD**, ampliando o acesso à capacitação e à educação para a cidadania.
- c) Disponibilização, gestão e capacitação para o uso do **sistema on-line de votação (urna eletrônica)**.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

Etapa 3: Implementação do Programa Câmara Jovem

- a) Lançamento do programa junto às **escolas e à comunidade**, promovendo engajamento e participação.
- b) Realização de **atividades educativas e simulações legislativas**, alinhadas ao cronograma aprovado.

Etapa 4: Monitoramento e Ajustes

- a) Acompanhamento contínuo das atividades com aplicação de **indicadores de desempenho**.
- b) Reuniões periódicas com a Câmara Municipal para avaliação e ajustes estratégicos.

Etapa 5: Conclusão e Relatórios

- a) Elaboração de **relatórios consolidados**, apresentando os resultados alcançados por meio de dados qualitativos e quantitativos.

5- SISTEMA DE SOFTWARE

5.1 A Contratada deverá implantar e disponibilizar durante a vigência contratual softwares nos seguintes moldes:

- I-Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment) em CloudComputing para os cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) para atender as demandas da Escola do Legislativo que fornecerá cursos e treinamentos on-line;
- II-Sistema de votação on-line que simule uma urna eleitoral, sendo está eletrônica para a realização das votações;
- III-Os sistemas que poderão ser individualizados ou integrados deverão possuir responsividade para “Mobile” para ser acessado por smartphones com sistemas operacionais Windows, Android e IOS.
- IV-Domínio instalado em provedor/servidor disponibilizado pela Contratada sem custos ao Contratante;
- V-Deve ter a opção de inscrição livre ou não em cada curso ofertado, conforme necessidade da Contratante;
- VI-Deve ter a opção de auto inscrição, pelo próprio interessado;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- VII-Deve permitir o acesso através de CPF ou e-mail;
- VIII-Ter a opção do aluno receber mensagens pelo e-mail indicado no cadastro;
- IX-Deve ter a possibilidade de bloqueio de usuário;
- X-Nome do domínio deverá ser fornecido pela Câmara Municipal;
- XI-Gestão de inscrição dos servidores na plataforma;
- XII-Gestão de inscrição para os munícipes;
- XIII-Liberação de senhas e logins individuais;
- XIV-Customização da plataforma personalizado para a contratante;
- XV-Disponibilizar plantão de dúvidas online com professores/tutores, para os cursos que assim se fizerem necessário;
- XVI-Disponibilizar relatório de acesso após a finalização de cada curso;
- XVII-Disponibilizar certificado de conclusão online ao final de cada curso com QR-CODE para validação.
- XVIII-Os conteúdos devem ser apresentados nos formatos abaixo indicados, conforme cada curso:
 - 1- vídeo;
 - 2- áudio;
 - 3- páginas web com possibilidade de ter links integrados;
 - 4- documentos com formato PDF;
 - 5- ficheiros anexos de qualquer tipo/formato;
 - 6- questionários;
 - 7- testes / avaliações (questionários com avaliação);
 - 8- gamificação.
- XIX-O sistema deverá suportar vídeos/aulas com ou sem legendas para melhor compreensão dos usuários;
- XX-Customização do Ambiente Virtual de Plataforma Virtual de Aprendizagem para oferta de seus cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD).
- XXI-Configuração do ambiente de Cloud Computing - LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment);
- XXII-Configuração da Plataforma Virtual de Aprendizagem, no ambiente de Cloud Computing - LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment);
- XXIII-Aplicação e customização do tema escolhido pela CONTRATANTE, dentro dos disponibilizados pela CONTRATADA;
- XXIV-Design da página principal Plataforma Virtual de Aprendizagem obedecendo a identidade visual disponibilizada pela CONTRATANTE;
- XXV-Desenvolvimento do ambiente para os cursos que serão desenvolvidos;
- XXVI-Customização gráfica: layout responsivo de acordo com a identidade e o contexto da CONTRATANTE na disponibilização de seus cursos;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- XXVII-Customização funcional: módulos e plug-ins instalados de acordo com o contexto da CONTRATANTE na disponibilização de seus cursos, como:
- XXVIII-Inclusão dos recursos e atividades que serão disponibilizados em cada curso.
- XXIX-Serviço da plataforma responsiva para “Mobile” para ser acessado por smartphones com sistemas operacionais Windows, Android e IOS;
- XXX-A plataforma deverá possuir responsividade tipo “Mobile” para ser acessado por smartphones com sistemas operacionais Windows, Android e IOS;
- XXXI-Os aplicativos Windows, Android e IOS deverão ter permissão para que o aluno acesse a plataforma de educação a distância;
- XXXII-Os alunos poderão assistir e acompanhar todas as atividades da plataforma de ensino a distância pelo smartphone, tais como assistir os vídeos, responder questionários, salvar apostilas e demais conteúdos em PDF.
- XXXIII-Os alunos poderão ao final dos cursos/palestras obterem o seu certificado digital através do seu smartphone.
- XXXIV-A plataforma deverá possuir gamificação.
- XXXV-Serviço de gerenciamento e hospedagem de Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS da Plataforma Virtual de Aprendizagem para oferta de seus cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) deverá contemplar:
- 1- os serviços de configuração, suporte da caixa de e-mail, chats, inscrições, configurações de cursos, atualizações cadastrais, extração de relatórios, entre outros serviços de apoio.
 - 2- serviços de manutenção dos componentes de software necessários para o funcionamento da Plataforma, incluindo a instalação, configuração, parametrização de módulos, componentes e plug-ins com os quais o sistema necessite para seu correto funcionamento e melhor desempenho.
 - 3- ajustes e customizações no layout do LMS. Estes ajustes ou customizações podem incluir: inclusão ou remoção de banners, reposicionamento de elementos ou mudança visual do ambiente de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.
 - 4- Permitir de forma acessível e tempestiva o acompanhamento das rotinas educacionais, como: cadastro de professores/palestrantes e de cursistas; acompanhamento dos cursistas; gerenciamento de matrículas; avaliação do curso; publicações de novos cursos e emissão de certificados.
 - 5- Cadastrar, remover e/ou suspender usuários internos (servidores) e ou externos (municípios) de acordo com as demandas da CONTRATANTE;
 - 6- Garantir o funcionamento da plataforma de Ensino a Distância, oferecendo manutenção aos serviços, e em caso de falhas, providenciando os reparos pertinentes no menor prazo possível. Caso a solução seja superior a 08 horas, a CONTRATADA deverá informar por e-mail, o tempo necessário com justificativa e prazo para solução.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- 7- Extrair em Excel os relatórios disponibilizados na plataforma de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.
- 8- Formatar e melhorar os relatórios em apresentação, compilação de dados, construção de tabelas e gráficos.
- 9- Enviar notificações diversas aos usuários conforme necessidade da CONTRATANTE e das áreas responsáveis pelos cursos publicados na plataforma.
- 10- Emitir relatórios personalizados. Inclui formatação dos relatórios em apresentação, compilação de dados contendo datas de acesso, nome completo do usuário, contexto acessado na plataforma, nome de evento, descrição, origem e endereço de IP do cursista que acessou.
- 11- Notificar por e-mail os alunos sobre início, liberação ou alteração dos módulos dos cursos.
- 12- Serviço de suporte, gerenciamento e hospedagem de aplicativo tipo “Mobile” para ser acessado por smartphones com sistemas operacionais Windows, Android e IOS.
- 13- O serviço gerenciamento e hospedagem de aplicativo tipo “Mobile” deverá contemplar os seguintes serviços:
- 14- serviços de manutenção dos componentes de software necessários para o funcionamento da Plataforma, incluindo a instalação, configuração, parametrização de módulos, componentes e plug-ins com os quais o sistema necessite para seu correto funcionamento e melhor desempenho.
- 15- ajustes e customizações no layout do aplicativo. Estes ajustes ou customizações podem incluir: inclusão ou remoção de banners, reposicionamento de elementos ou mudança visual do ambiente de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.
- 16- Disponibilização de tutoria através de chat dentro do aplicativo “Mobile” para melhorar a experiência dos cursistas e facilitar a assimilação de conteúdo.

5.2. A Contratada deverá disponibilizar um sistema online de votação que deverá conter os seguintes itens:

- 1- Endereço eletrônico para acesso das escolas;
- 2- Design que simule a urna eletrônica eleitoral contendo:
 - 1- Fotos dos alunos candidatos;
 - 2- Número de votação dos alunos candidatos;
 - 3- Partido dos alunos candidatos;
 - 4- Conter painel com numeração para a votação online;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

5- Login e senha individual para cada escola participante do Programa Câmara Jovem;

5.3. A contratada ficará responsável pelo cadastro dos dados dos alunos no sistema online de votação;

5.4. A eleição deverá acontecer online no sistema de forma síncrona;

5.5. O sistema deverá possuir um relatório individual por Escola participante para ser emitido no final da eleição, que deverá possuir os seguintes itens:

1- Escola participante;

2- Professor Responsável;

3- Data da Eleição;

4- Número, nome, partido e quantidade de votos de cada aluno candidato;

5- Resultado da eleição.

6- Os sistemas poderão ser individualizados ou integrado.

6. DO SUPORTE

6.1 **Durante a execução e vigência do contrato o Contratado deverá prestar suporte técnico contemplando:**

6.1.1 Atendimento remoto através de comunicação telefônica, serviços de mensagens instantâneas, software de comunicação falada e escrita via Internet, página da internet para atualização de versões, serviço de publicação de dúvidas mais frequentes, serviço de FTP (transmissão remota de arquivos), comunicação remota, inclusive com acesso aos bancos de dados.

6.1.2 **Serviço de Suporte Técnico:**

Nos casos não solucionados via Helpdesk deverá ser acionado o Setor de Suporte, que efetuará uma análise mais técnica, como checagem e auditoria no Banco de Dados, processamentos de Scripts (comandos específicos), correção de programas e envio de atualizações, se for o caso.

6.1.3 **Atendimento “in loco”:**

Se ainda assim não for solucionado o problema, será gerada uma Ordem de Serviço para atendimento local.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

6.1.4 O Suporte deverá, ainda, deverá obedecer ao seguinte:

- 1- Possuir um sistema de gerenciamento do atendimento no qual todas as solicitações de suporte em cada nível do atendimento técnico serão registradas em sistema próprio permitindo acompanhamento on-line (internet);
- 2- Horário disponível para registro das solicitações, não podendo ser inferior ao horário comercial, de 9h às 17h, ininterruptamente;
- 3- Informar e realizar as atualizações imediatamente, sempre que ocorrerem atualizações das versões dos módulos que compõem o objeto deste contrato.

6.1.5 O atendimento obedecerá aos prazos abaixo:

- 1- **Severidade ALTA:** Esse nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade no uso da Plataforma:

Prazo de Solução Definitiva

No máximo de até 24 (vinte e quatro) horas

- 2- **Severidade MÉDIA:** Esse nível de severidade é aplicado quando há falha, simultânea ou não, no uso do sistema, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade no uso da Plataforma:

Prazo de Solução Definitiva

No máximo de até 48 (quarenta e oito) horas
--

- 3- **Severidade BAIXA:** Esse nível de severidade é aplicado para problemas que não afetem o desempenho e disponibilidade da Plataforma:

Prazo de Solução Definitiva

No máximo de até 72 (setenta e duas) horas.
--

6.2 Será considerado para efeitos do nível de serviço exigido, prazo de solução definitiva, como o tempo decorrido entre a abertura da ordem de serviço efetuado pelo Setor Solicitante da Contratante à Contratada e a efetiva recolocação da Plataforma em seu pleno estado de funcionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

6.3 A contagem do prazo de solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura da ordem de serviço na Central de Atendimento disponibilizada pela Contratada, até o momento da comunicação da solução definitiva do problema e aceite pelo Setor solicitante da Contratante.

6.4 Concluída a ordem de serviço, a Contratada comunicará o fato ao Setor Solicitante da Contratante e solicitará autorização para o fechamento do mesmo. Caso o Setor solicitante da Contratante não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela Contratada. Neste caso, a Contratante fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto.

6.5 A Contratada realizará os serviços de Suporte e Hospedagem dos Softwares fornecidos de acordo com a vigência do contrato.

7 DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

I-A Contratada deverá prestar consultoria em todas as fases da Escola do Legislativo, devendo elaborar o conteúdo programático dos cursos que será de acordo com temas solicitados pela Escola do Legislativo.

II-Os cursos nas modalidades de ensino a distância, devem ser disponibilizados após sua divulgação até o final do contrato.

III-Produzir e adaptar os conteúdos para serem disponibilizados nas modalidades EAD, presencial ou híbrida, compostos por objetos de aprendizagem e deverá ainda:

- a) Diagramar todo o curso;
- b) Publicar e organizar os cursos na Plataforma Virtual de Aprendizagem;
- c) Criar o layout específico para os cursos na Plataforma Virtual de Aprendizagem;
- d) Serviço de Upload para armazenamento on-line dos conteúdos (vídeos, apostilas no formato em PDF, questionários, entre outros que se fizerem necessário);
- e) Customização, design e adaptação dos conteúdos solicitados pela contratante, de forma online compostos por objetos de aprendizagem;
- f) Realizar toda e qualquer mudança no conteúdo quando for necessário para o melhor entendimento dos cursistas;
- g) Ao final dos cursos os alunos poderão fazer o download do certificado digital diretamente no ambiente virtual.

IV-Os objetos de aprendizagem são materiais didáticos que compõem um curso e têm o objetivo de facilitar o aprendizado dos conteúdos programáticos. Seus formatos variam conforme o conceito abordado no conteúdo, podendo ser e-books, simulações, jogos, infográficos, podcasts, histórias em quadrinhos, vídeos etc. Cada objeto de aprendizagem pode ser composto de ilustrações, animações, simulações, fotografias, locuções,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

sonoplastia, trilha sonora, vídeo, entre outros recursos textuais e figurativos que correspondam às necessidades didáticas de cada objeto.

V-Em cada minicurso/curso e ou palestras online podem ser dispostos materiais complementares/midiateca desenvolvidos pela CONTRATADA, que variam entre textos em “.PDF”, lista de perguntas e respostas frequentes, glossário, links para sites na Internet, vídeos e obras digitais, devendo ser mantida sua estrutura editorial original.

VI-A carga horária contratada será distribuídas dentre os diversos cursos que serão escolhidos pela Escola do Legislativo.

VII-Considera-se hora/aula o período de 45 (quarenta e cinco) minutos.

VIII-Caberá a CONTRATADA a elaboração de material complementar tais como:

- a) Apostilas para downloads por parte dos alunos;
- b) Elaboração de vídeos animados com narração e/ou legendas;
- c) Elaboração de vídeos animados sem narração com textos;
- d) Vídeo aulas gravadas em estúdio com professores, conteudistas e/ou atores com legenda ou sem legenda;
- e) Vídeos em formato de entrevista com legenda
- f) Elaboração de ebooks;
- g) Elaboração de podcast;
- h) Edição de vídeos eliminando o botão de avanço para que os cursistas acompanhem o conteúdo;
- i) Edição de vídeos interativos contendo ao longo do tempo de execução perguntas para estimular a participação dos cursistas.

IX-A disponibilização de apoio pedagógico para os alunos. O apoio pedagógico terá como objetivos os seguintes itens:

- a) Estimular a participação dos alunos;
- b) Elaborar e acompanhar fóruns de participação de acordo com a necessidade de aprendizagem;
- c) Disponibilizar chats com temas sobre os cursos para facilitar a aprendizagem dos cursistas;
- d) Facilitar através de questionários a compreensão dos alunos sobre os temas dos cursos;

X-O apoio pedagógico somente irá ocorrer nos conteúdos elaborados pela empresa.

XI-A Contratada deverá ainda, realizar reuniões, presenciais quando solicitado pela Contratante para melhor funcionamento da Escola do Legislativo.

8 DO PROGRAMA CÂMARA JOVEM

I-O Programa Câmara Jovem será realizado de acordo com a demanda do contratante;

II-A contratada ficará responsável pela elaboração das instruções para o uso do sistema de votação eleitoral e regulamentos do projeto, entre outros necessários para a perfeita



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

execução dos serviços;

III-A contratada deverá seguir as determinações estabelecidas na Resolução vigente e deverá conter forma de eleição dos jovens, o cronograma de execução, entre outros que se fizerem necessários.

IV-Para o perfeito andamento do processo, a contratada deverá realizar presencialmente no mínimo as seguintes reuniões com a:

- a. Comissão constituída pelo contratante;
- b. Dirigente Regional Ensino;
- c. Secretaria Municipal de Ensino;
- d. Diretoras das escolas municipais, estaduais e particulares.

V-Prestar apoio às unidades escolares quanto às dúvidas para realização da votação dos jovens.

VI-Disponibilizar equipe de coordenação presencial para acompanhar a realização das eleições realizadas nas escolas.

VII-A contratada deverá fornecer cabines de votação em papelão ou plástico, sendo 1 (uma) para cada escola participante;

VIII-A contratada deverá fornecer cédulas eleitorais impressas e urna de papelão, para a utilização das escolas que tenham algum tipo de problemas na conexão com a internet no dia da eleição;

IX-A contratada deverá fornecer apostilas (O que faz o Vereador, O que é e como fazer projetos de leis) para os Vereadores Mirins eleitos;

X-A contratada deverá fornecer camisetas e certificados para os Vereadores Mirins eleitos;

XI-A contratada deverá fornecer materiais de apoio tipo: apostila, ebooks e ou outros materiais que auxiliem na compreensão dos Vereadores Mirins eleitos.

XII-A contratada deverá realizar palestras no formato EAD e presencial em locais fornecidos pela contratante quando do presencial;

XIII-Palestra presencial e ou online para os eleitos como Programa Câmara Jovem, visando explicar as atribuições do poder legislativo municipal e sobre os trabalhos legislativos;

XIV-Acompanhar e apoiar a diplomação e posse dos vereadores mirins, em sessão solene da Câmara Municipal;

XV-Acompanhar e apoiar as oficinas para elaboração de projetos de lei junto aos vereadores Mirins e a Comissão instituída pelo contratante;

XVI-Acompanhar e apoiar a realização da sessão do Programa Câmara Jovem para a apresentação dos projetos elaborados pelos Vereadores Mirins.

XVII-Disponibilização de tutoria, 5 (cinco) dias por semana, das 9h às 17h, para auxiliar os representantes de escolas.

XVIII-Disponibilização de coordenador pedagógico para auxiliar nos trabalhos pedagógicos.

9 DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- 9.1 Os cursos serão no formato de Educação a Distância.
- 9.2 O Programa Câmara Jovem será realizado conforme sua resolução, nas dependências da Contratante.
- 9.3 O prazo de execução do referido serviço será de 12 meses a partir da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 10.1 Promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- 10.2 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 11.1 A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
- 11.2 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- 11.3 A CONTRATADA, durante a permanência e estada nesta cidade, em decorrência da prestação de serviço que integra este objeto, caberá exclusivamente à CONTRATADA arcar com todos e quaisquer ônus por alimentação, hospedagem, os deslocamentos/traslados, dos seus representantes e prepostos, (Instrutores, Coordenadores etc...).

12 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “G”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

O pagamento será realizado pela **Câmara Municipal de Itirapina** no prazo de até **10 (dez) dias** após a emissão da **Nota Fiscal**, por meio de crédito bancário efetuado pelo órgão competente, em favor da **empresa contratada**. O valor a ser pago corresponderá aos serviços efetivamente prestados e entregues, conforme especificado na tabela de preços.

13 DO PREÇO



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

13.1 O regime de execução será por empreitada por menor preço do lote.

13.2 No que se refere aos serviços descritos neste Termo de Referência, a licitante deverá preencher a seguinte planilha de composição de preços:

LOTE 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de implantação e customização de Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment) em CloudComputing para os cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) para atender as demandas da Escola do Legislativo.	Unidade	1		
2	Suporte, gerenciamento e hospedagem de Plataforma Virtual de Aprendizagem.	Mensal	12		
3	Cursos e conteúdos produzidos e disponibilizados pela CONTRATADA. Produção, adaptação e atualização dos conteúdos em cursos disponibilizados nas modalidades EAD, compostos por objetos de aprendizagem.	Hora/Aula	60		
4	Realização da primeira etapa do “Programa Câmara Jovem”: suporte pedagógico, reuniões, coordenação e elaboração dos regulamentos iniciais e fornecimento de materiais junto às escolas participantes para a realização das campanhas dos jovens candidatos.	Serviço	1		
5	Realização da segunda etapa do “Programa Câmara Jovem”: coordenação da votação junto as escolas com o fornecimento de sistema de votação, relatórios e resultado das eleições.	Serviço	1		
6	Realização da terceira etapa: suporte e apoio aos candidatos eleitos nos eventos do Programa Câmara Jovem.	Serviço	1		



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

VALOR TOTAL DO LOTE R\$

13.3 A proponente deverá elaborar sua proposta considerando a tabela de preços, sendo desclassificada a proponente que ultrapassar os valores aqui propostos.

13.4 Considerando o artigo 58 da Lei nº 14.133/2021, a proponente interessada em participar do certame deverá juntamente com a proposta de preços apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

a) A garantia de proposta deve ser de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

b) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

c) Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

d) A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da referida Lei.

e) A garantia de proposta não se confunde com a garantia contratual, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, o contratado deverá apresentar garantia de execução do contrato no valor correspondente a 5% do valor do contrato, no prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato.

14 – DA PROVA DE CONCEITO (PoC) E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

14.1. A PoC consistirá em demonstração prática das funcionalidades da Plataforma EAD e do Sistema de Votação, conforme o Formulário de Avaliação.

14.2. Diretrizes de Objetividade: A avaliação será conduzida por equipe técnica designada, baseando-se exclusivamente no atendimento "Sim/Não" aos requisitos funcionais listados. O relatório final será estritamente circunstanciado aos fatos observados durante a demonstração, sendo vedada qualquer avaliação de cunho subjetivo por parte dos avaliadores.

14.3 A Prova de Conceito será realizada considerando o atendimento do proponente ao item 3 do Termo de Referência comprovando possuir sistema de software de gestão que atenda os itens do Formulário de Avaliação conforme descrito abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

ITEM	REQUISITOS FUNCIONAIS	ATENDIMENTO (SIM/NÃO)	JUSTIFICATIVA (SE NÃO ATENDE)	PONTOS POR ATENDIMENTO
1-	Apresentou Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment) em CloudComputing para os cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) para atender as demandas da Escola do Legislativo?			50
2-	O sistema possui responsividade para “Mobile” para ser acessado por smartphones com sistemas operacionais Windows, Android e IOS?			30
3-	O domínio será instalado em provedor/servidor disponibilizado pela empresa sem custos a Contratante?			20
4-	O sistema de software permite a inscrição livre ou não em cada curso ofertado, conforme necessidade da Contratante?			30



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

5-	O sistema de software permite a opção de auto inscrição?			30
6-	O sistema de software permite o acesso pelo usuário/aluno através de CPF ou e-mail?			30
7-	O sistema de software possui a opção do aluno receber mensagens pelo e-mail indicado no cadastro?			10
8-	O sistema de software permite o bloqueio de usuário?			20
9-	O endereço do domínio poderá ser indicado pela Câmara?			20
10-	O sistema de software permite a gestão de inscrição dos servidores da Câmara?			30
11-	O sistema de software permite a gestão de inscrições dos munícipes?			30
12-	O sistema de software permite a liberação de senhas e logins individuais?			30
13-	O sistema de software permite a customização personalizada da plataforma para a Contratante?			20
14-	O sistema de software possui ambiente de plantão de dúvidas online			10



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

	com professores/tutores para cursos disponibilizados na plataforma?			
15-	O sistema de software possui disponibilização de relatórios de acompanhamento de cada curso?			20
16-	O sistema de software possui disponibilização de relatórios após a finalização de cada curso?			20
17-	O sistema de software disponibiliza certificado de conclusão on-line ao final de cada curso com QR-CODE para validação?			20
18-	O sistema de software aceita e apresenta os conteúdos produzidos nos formatos indicados: 1- vídeo; 2- áudio; 3- páginas web com possibilidade de ter links integrados; 4- documentos com formato PDF; 5- arquivos anexos de qualquer tipo/formato; 6- questionários; 7- testes / avaliações (questionários com avaliação);			30



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

	8- gamificação.			
19-	O sistema de software suporta vídeos/aulas com ou sem legendas para melhor compreensão dos usuários (apresentar um teste gravado).			20
20-	O sistema de software permite a Customização do Ambiente Virtual de Plataforma Virtual de Aprendizagem para oferta de seus cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD)?			20
21-	O sistema de software permite a Configuração do ambiente de Cloud Computing - LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment)?			20
22-	O sistema de software permite a Configuração da Plataforma Virtual de Aprendizagem, no ambiente de Cloud Computing - LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment)?			20
23-	O sistema de software permite a Aplicação e customização do tema			20



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

	escolhido pela CONTRATANTE, dentro dos disponibilizados pela CONTRATADA?			
24-	O sistema de software permite o Design da página principal Plataforma Virtual de Aprendizagem obedecendo a identidade visual disponibilizada pela CONTRATANTE?			20
25-	O sistema de software permite o Desenvolvimento do ambiente para os cursos que serão desenvolvidos?			30
26-	O sistema de software permite a Customização gráfica: layout responsivo de acordo com a identidade e o contexto da CONTRATANTE na disponibilização de seus cursos?			20
27-	O sistema de software permite a Customização funcional: módulos e plug-ins instalados de acordo com o contexto da CONTRATANTE na disponibilização de seus cursos, como:			20
28-	O sistema de software permite a Inclusão dos recursos e atividades que			30



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

	serão disponibilizados em cada curso.			
29-	Os aplicativos Windows, Android e IOS possuem permissão para que o aluno acesse a plataforma de educação a distância?			30
30-	Os alunos poderão assistir e acompanhar todas as atividades da plataforma de ensino a distância pelo smartphone, tais como assistir os vídeos, responder questionários, salvar apostilas e demais conteúdos em PDF?			30
31-	Os alunos poderão ao final dos cursos/palestras obterem o seu certificado digital através do seu smartphone?			20
32-	O sistema de software emite relatórios no formato excel?			20
33-	Apresentou sistema de votação online que simule uma urna eleitoral, sendo está eletrônica?			50
34-	O sistema de votação online possui um endereço eletrônico próprio da Proponente para acesso das escolas?			30
35-	O sistema de votação online simula uma urna eleitoral?			30



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

36-	A urna on-line disponibiliza as seguintes informações para o usuário: 1- Fotos dos alunos candidatos; 2- Número de votação dos alunos candidatos; 3- Partido dos alunos candidatos; 4- Contém painel com numeração para a votação online; 5- Login e senha individual para cada escola participante do Programa Câmara Jovem.			40
37-	O software de votação online permite a eleição de forma síncrona?			40
38-	O sistema possui um relatório individual por Escola participante para ser emitido no final da eleição, que deverá possuir os seguintes itens: 1- Escola participante; 2- Professor Responsável; 3- Data da Eleição; 4- Número, nome, partido e quantidade de			40



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

	votos de cada aluno candidato; Resultado da eleição.			
TOTAL DE PONTOS				1000

- 14.4 Para cada item que o proponente comprovar no momento da realização da prova de conceito, ele receberá os pontos indicados no Formulário de Avaliação.
- 14.5 Os itens que o proponente não comprovar atender no momento da realização da prova de conceito não receberão pontuação, ficando com **nota ZERO**
- 14.6 Os itens que possuem subitens somente serão pontuados quando a proponente atender todos os subitens indicados.
- 14.7 A Prova de Conceito tem pontuação total de 1.000 pontos e para ser considerada aprovada a proponente deverá comprovar atender o mínimo de 90% (noventa por cento) dos pontos relacionados no Formulário de Avaliação dos Requisitos na POC.

16. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA

A empresa vencedora do processo licitatório deverá apresentar os seguintes documentos:

16.1 habilitação fiscal, social e trabalhista:

- I.a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II.a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III.a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- IV.a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- V.Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor (Art. 7º, inciso XXXIII, CF);
- VI.Declaração de Inexistência de Inidoneidade e Fatos Impeditivos para contratar.

16.2 habilitação econômico-financeira:

Conforme requisitos detalhados no item 7.10.1.5, alínea “e” do Edital

16.3 habilitação técnica:

- I. Comprovação de aptidão da Empresa para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, através de 1 (um) ou mais **atestados** fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa realizou:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

- a. Planejamento, organização, elaboração, coordenação e suporte técnico-operacional para a execução da **Escola do Legislativo**;
- b. Planejamento, organização, elaboração, coordenação e suporte técnico-operacional para a execução do programa “**Câmara Jovem**”.
- c. Fornecimento de sistema/plataforma on-line de **Ensino à Distância**.
- d. No caso de certidão(ões) ou atestado(s) fornecidos por pessoa jurídica de direito privado, deverá(ão) estar acompanhado(s) de cópia do competente contrato, quando celebrado, e da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is).
- e. A(s) certidão(ões) / atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridades ou representante de quem o expediu, com a devida autenticação ou outro meio capaz de confirmar sua autenticidade.
- f. O proponente poderá apresentar um único atestado que conteple todos os requisitos ou quantos atestados forem necessários para comprovar a capacidade técnica.

II.O licitante deverá apresentar um **portfólio detalhado** contendo, no mínimo, **cinco serviços previamente executados**, especificando:

- h. **Descrição dos Serviços Prestados:** Informações detalhadas sobre a natureza e o escopo dos serviços realizados.
- i. **Clientes Atendidos:** Indicação das empresas, instituições ou órgãos para os quais os serviços foram prestados.
- j. **Comprovação da Prestação dos Serviços:** Indicação dos números dos contratos, notas fiscais, atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes que validem a execução dos serviços.
- k. **Infraestrutura e Equipamentos:** Descrição dos recursos materiais disponíveis para a execução dos serviços, incluindo equipamentos e estrutura física da empresa.
- l. **Registro Fotográfico:** Inclusão de imagens ilustrativas da estrutura e dos equipamentos utilizados na execução dos contratos.
- m. O portfólio deverá ser apresentado de forma clara e organizada, permitindo a avaliação objetiva da capacidade técnica e operacional da empresa.
- n. A Câmara poderá realizar diligência para comprovar as informações.

III.Comprovação da empresa de possuir **equipe técnica** composta por no mínimo 1 membro em cada especialidade nas áreas de formação superior em: Língua Portuguesa; Pedagogia e Análise de Sistema.

- a. A relação nominal da equipe técnica deverá ser composta com os respectivos currículos resumidos assinados pelo profissional e comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante (contrato de prestação de serviço, registro em carteira de trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

ou fazer parte do quadro societário da empresa) e comprovação da formação acadêmica profissional dos componentes da equipe técnica, por meio de certificado de conclusão do respectivo curso. O currículo de cada profissional deverá conter: identificação, escolaridade, cópia autenticada dos títulos e ser entregue em no máximo três (3) folhas de papel tamanho A4 e deverá conter data e assinatura do profissional, responsabilizando-se pelas informações com a seguinte declaração:

<p>Declaro que faço parte da equipe técnica do (a) empresa _____ e responsabilizo-me pelas informações prestadas neste currículo. _____ (Cidade e UF), ____ de _____ de _____. (Assinatura)</p>

16.4 A ausência de quaisquer dos documentos solicitados na fase de habilitação implicará na desclassificação do proponente.

17. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

18. RESPONSÁVEIS

JULIANE CRISTINE DA SILVA

Equipe de apoio



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

MODELO DE PROPOSTA DE ORÇAMENTO (ANEXO II)

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de implantação e customização de Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment) em CloudComputing para os cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) para atender as demandas da Escola do Legislativo.	Unidade	1		
2	Suporte, gerenciamento e hospedagem de Plataforma Virtual de Aprendizagem.	Mensal	12		
3	Cursos e conteúdos produzidos e disponibilizados pela CONTRATADA. Produção, adaptação e atualização dos conteúdos em cursos disponibilizados nas modalidades EAD, compostos por objetos de aprendizagem.	Hora/Aula	60		
4	Realização da primeira etapa do “Programa Câmara Jovem”: suporte pedagógico, reuniões, coordenação e elaboração dos regulamentos iniciais e fornecimento de materiais junto às escolas participantes para a realização das campanhas dos jovens candidatos.	Serviço	1		
5	Realização da segunda etapa do “Programa Câmara Jovem”: coordenação da votação junto as escolas com o fornecimento de sistema de votação, relatórios e resultado das eleições.	Serviço	1		
6	Realização da terceira etapa: suporte e apoio aos candidatos eleitos nos eventos do Programa Câmara Jovem.	Serviço	1		
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

Valor Global da Proposta:

Validade da proposta: 60 dias.

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros correrão totalmente por conta da empresa contratada.

Razão Social:

CNPJ nº:

Endereço:

Local, data

Assinatura do Responsável

CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX (ANEXO III)**

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITIRAPINA E A EMPRESA **XXXXXXXXXX PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS, DE FORNECIMENTO DE SISTEMA TECNOLÓGICO VOLTADO À IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROJETOS DE CIDADANIA E QUALIFICAÇÃO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA.**

O **Município de Itirapina**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 52.152.923/0001-62, isento de Inscrição Estadual, com sede na Rua 03, nº 67, Centro, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Vereador Gabriel Ferreira Gobbi, RG nº SSP/SP e CPF nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, representada na forma de seu Instrumento de Constituição pelo(a) Senhor(a), RG nº SSP/SP e CPF nº, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

1.1. É objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de planejamento, organização, elaboração, coordenação, execução, suporte técnico-operacional e fornecimento de sistema tecnológico voltado à implementação e monitoramento de projetos de cidadania e qualificação, visando atender às demandas da Escola do Legislativo e do Programa Câmara Jovem da Câmara Municipal de Itirapina, abrangendo as etapas que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANT.
1	Serviço de implantação e customização de Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment) em CloudComputing para os cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) para atender as demandas da Escola do Legislativo.	Unidade	1
2	Suporte, gerenciamento e hospedagem de Plataforma Virtual de Aprendizagem.	Mensal	12
3	Cursos e conteúdos produzidos e disponibilizados pela CONTRATADA. Produção, adaptação e atualização dos conteúdos em cursos disponibilizados nas modalidades EAD, compostos por objetos de aprendizagem.	Hora/Aula	60
4	Realização da primeira etapa do “Programa Câmara Jovem”: suporte pedagógico, reuniões, coordenação e elaboração dos regulamentos iniciais e fornecimento de materiais junto às escolas participantes para a realização das campanhas dos jovens candidatos.	Serviço	1
5	Realização da segunda etapa do “Programa Câmara Jovem”: coordenação da votação junto as escolas com o fornecimento de sistema de votação, relatórios e resultado das eleições.	Serviço	1



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

1.2.	6	Realização da terceira etapa: suporte e apoio aos candidatos eleitos nos eventos do Programa Câmara Jovem.	Serviço	1
------	---	--	---------	---

Consideram-se partes integrantes deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação e seus anexos; e,
- 1.2.3. Proposta Comercial apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O presente contrato pode ser prorrogado por interesse das partes, por iguais períodos até o limite legal, desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os requisitos legais e contratuais, de forma especial, o artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21. 3.2.1.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

2.3. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e preços permanecem vantajosos à Administração, permitida a negociação com a empresa contratada, a qual não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DA CONTRATADA:

- a) Executar os serviços objeto deste contrato nas condições previstas na respectiva proposta.
- b) Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, de seus prepostos, se e quando necessárias.
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento.
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.
- e) A CONTRATADA renúncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Câmara de Municipal de Itirapina.
- f) Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.
- g) Fazer prova da regularidade para com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, mediante a apresentação de CND - Certidão Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação de CRF - Certificado de Regularidade do FGTS e perante a Justiça do Trabalho, com a apresentação de CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Todas as certidões, em vigor na data da



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

emissão da Nota Fiscal, deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitida e apresentada à CONTRATANTE.

h) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA ou de eventuais subcontratantes, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

i) A Contratada deverá implantar e disponibilizar durante a vigência contratual softwares nos moldes estabelecidos no Termo de Referência, abrangendo Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment) em CloudComputing para os cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) para atender as demandas da Escola do Legislativo que fornecerá cursos e treinamentos on-line; Sistema de votação on-line que simule uma urna eleitoral, sendo está eletrônica para a realização das votações; Serviço de gerenciamento e hospedagem de Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS da Plataforma Virtual de Aprendizagem para oferta de seus cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) deverá contemplar, sistema online de votação;

j) Durante a execução e vigência do contrato o Contratado deverá prestar suporte técnico contemplando as modalidades: Helpdesk, Serviço de Suporte Técnico, Atendimento “in loco”. O atendimento obedecerá aos prazos Severidade ALTA, Severidade MÉDIA, Severidade BAIXA, conforme especificações da contratação.

k) A Contratada deverá prestar consultoria em todas as fases da Escola do Legislativo, devendo elaborar o conteúdo programático dos cursos que será de acordo com temas solicitados pela Escola do Legislativo.

l) Os cursos nas modalidades de ensino a distância, devem ser disponibilizados após sua divulgação até o final do contrato.

m) Produzir e adaptar os conteúdos para serem disponibilizados nas modalidades EAD, presencial ou híbrida, compostos por objetos de aprendizagem

n) Caberá a Contratada a elaboração de material complementar e A disponibilização de apoio pedagógico para os alunos nos conteúdos elaborados por ela.

o) A Contratada deverá realizar reuniões, presenciais quando solicitado pela Contratante para melhor funcionamento da Escola do Legislativo.

p) O Projeto Programa Câmara Jovem será realizado de acordo com a demanda do contratante e seguir as determinações estabelecidas na Resolução vigente.

q) A contratada ficará responsável pela elaboração das instruções e dar todo suporte necessário para o uso do sistema de votação eleitoral e regulamentos do projeto, entre outros necessários para a perfeita execução dos serviços



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

CLÁUSULA QUARTA

MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 4.1. A execução do objeto observará:
 - 4.1.1 Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato;
 - 4.1.2. A contratada seguirá as seguintes etapas de execução do objeto contratual:

Etapas 1: Planejamento Inicial

- a) Realização de reuniões estratégicas com representantes da Câmara Municipal para levantamento de demandas e definição de metas.
- b) Elaboração do cronograma detalhado para a execução das atividades da Escola do Legislativo e do Programa Câmara Jovem.

Etapas 2: Desenvolvimento de Ações Educativas

- a) Organização e execução de cursos, treinamentos, oficinas e eventos conforme o plano anual.
- b) Implantação e gestão da plataforma EAD, ampliando o acesso à capacitação e à educação para a cidadania.
- c) Disponibilização, gestão e capacitação para o uso do sistema on-line de votação (urna eletrônica).

Etapas 3: Implementação do Programa Câmara Jovem

- a) Lançamento do programa junto às escolas e à comunidade, promovendo engajamento e participação.
- b) Realização de atividades educativas e simulações legislativas, alinhadas ao cronograma aprovado.

Etapas 4: Monitoramento e Ajustes

- a) Acompanhamento contínuo das atividades com aplicação de indicadores de desempenho.
- b) Reuniões periódicas com a Câmara Municipal para avaliação e ajustes estratégicos.

Etapas 5: Conclusão e Relatórios

- a) Elaboração de relatórios consolidados, apresentando os resultados alcançados por meio de dados qualitativos e quantitativos.

4.4. O projeto PROGRAMA CÂMARA JOVEM será realizado conforme sua resolução, nas dependências da Contratante.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

4.5. O prazo de execução do referido serviço será de 12 meses a partir da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

4.7. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Edital de licitação e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA

SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA

PREÇO

6.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....). **XXXXXXXXXXXXXX**

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de implantação e customização de Plataforma Virtual de Aprendizagem LMS (MODULAR OBJECT ORIENTED DISTANCE LEARNING - Modular Object Oriented Dynamic	Unidade	1		



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

	Learning Environment) em CloudComputing para os cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) para atender as demandas da Escola do Legislativo.				
2	Suporte, gerenciamento e hospedagem de Plataforma Virtual de Aprendizagem.	Mensal	12		
3	Cursos e conteúdos produzidos e disponibilizados pela CONTRATADA. Produção, adaptação e atualização dos conteúdos em cursos disponibilizados nas modalidades EAD, compostos por objetos de aprendizagem.	Hora/Aula	60		
4	Realização da primeira etapa do “Programa Câmara Jovem”: suporte pedagógico, reuniões, coordenação e elaboração dos regulamentos iniciais e fornecimento de materiais junto às escolas participantes para a realização das campanhas dos jovens candidatos.	Serviço	1		
5	Realização da segunda etapa do “Programa Câmara Jovem”: coordenação da votação junto as escolas com o fornecimento de sistema de votação, relatórios e resultado das eleições.	Serviço	1		
6	Realização da terceira etapa: suporte e apoio aos candidatos eleitos nos eventos do Programa Câmara Jovem.	Serviço	1		
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

CLÁUSULA SÉTIMA

PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

7.2. A CONTRATADA compromete-se a enviar a Nota Fiscal referente aos serviços prestados para o seguinte endereço eletrônico: financeiro@camaraitirapina.sp.gov.br até o último dia útil do mês a fim de que o pagamento seja efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente.

7.3. Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou dados bancários, enquanto não solucionado ensejará a suspensão do pagamento.

7.4. Constitui condição para a realização do pagamento a manutenção da validade dos documentos de habilitação exigidos no aviso de contratação direta.

7.5. A empresa contratada será obrigada a reter tributos na nota fiscal, caso exigido pela legislação vigente.

7.6. Após um ano de vigência do presente contrato, caso haja a prorrogação prevista no item 7.7 O valor contratual poderá ser reajustado de acordo com o IPCA ou, na impossibilidade de aplicá-lo, conforme o índice que vier oficialmente substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA

DA FONTE DE RECURSOS

8.1. Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas decorrentes da presente contratação serão arcados pela categoria econômica **3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiro e Pessoa Jurídica, do orçamento vigente.**

CLÁUSULA NONA

DOS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. As hipóteses de extinção do contrato são, no que couber, as previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

9.2. No caso de extinção contratual, os direitos da Administração são, no que couber, os previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21. 6.3.

9.3. A rescisão do presente contrato poderá ocorrer unilateralmente pela Administração e/ou amigável, por acordo entre as partes, na forma e termos do art. 124, I e II, ou judicial, nos termos da legislação.

9.4. As partes poderão, a qualquer momento, rescindir o presente contrato mediante prévio aviso, expresso e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, período em que serão inteiramente válidas todas as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES

10.1. As Partes se comprometem a conduzir suas atividades de maneira ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos legais.

10.2. As Partes se obrigam a cumprir, ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, superintendentes, funcionários, agentes ou eventuais subcontratados, enfim, quaisquer representantes (denominados “Colaboradores”), os termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), bem como demais leis, normas e regulamentos que versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública (denominada “Leis Anticorrupção”).

10.3. As Partes se obrigam a abster-se de agir de forma lesiva à administração pública nacional, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, e de praticar quaisquer atos ou atividades que facilitem, constituam ou impliquem no descumprimento da legislação anticorrupção em vigor, devendo:

- a) Manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas;
- b) Dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais elegíveis que venham a se relacionar com a outra Parte, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste Contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

c) Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente a outra Parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO SIGILO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

11.1. As Partes, desde já, se obrigam por si, seus diretores, funcionários ou pessoal contratado, a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a todas e quaisquer informações relacionadas às atividades das Partes diversas, das quais venha a ter conhecimento ou acesso em razão do cumprimento do presente Contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, sem a prévia e expressa autorização da Parte contrária, responsabilizando-se, em caso de descumprimento dessa obrigação assumida, por eventuais perdas e danos, lucros cessantes e demais cominações legais.

11.2. Não serão consideradas informações confidenciais: (i) aquelas que sejam de domínio público antes de sua revelação à Parte contrária; (ii) aquelas que se tornem de domínio público por qualquer meio que não uma violação das obrigações previstas neste Contrato; e (iii) aquelas requisitadas por autoridade governamental ou decisão judicial, desde que a Parte receptora notifique previamente a outra parte.

11.3. As obrigações assumidas nesta Cláusula tornar-se-ão válidas a partir da data de assinatura do presente instrumento e subsistirão a rescisão, rescisão ou término do presente ajuste, por qualquer motivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, alcançando as Partes, seus representantes e sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS REGRAS APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. Conformidade. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob prejuízo da Parte infratora responderá pelas perdas e danos que comprovadamente der causa.

12.2. Co-Controladoria. As Partes, em razão do objeto e das obrigações previstas neste instrumento, sempre que assumam conjuntamente a totalidade ou parte das decisões



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

relevantes sobre o tratamento de Dados Pessoais, ou por uma das Partes em benefício de ambas ou para cumprimento das finalidades aqui descritas, atuarão como co-Controladoras no referido tratamento.

12.3. Cada Parte deve assegurar que quaisquer dados pessoais que forneça à outra Parte tenham sido obtidos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e deverão tomar as medidas necessárias, incluindo, sem limitação, o fornecimento de informações, envio de avisos e inclusão de informações nas respectivas Políticas de Privacidade e demais documentos aplicáveis, bem como obtenção de consentimento dos titulares dos dados pessoais, quando aplicável, para assegurar que a outra Parte tenha o direito de processar tais dados pessoais.

12.4. A Parte que venha a fazer qualquer tipo de uso dos Dados Pessoais para outras finalidades que não aquelas descritas neste instrumento, agirá, em relação a tal tratamento, como Controladora independente dos Dados Pessoais, assumindo integral responsabilidade pela legalidade e legitimidade de tal tratamento. O disposto não limita ou prejudica qualquer obrigação de confidencialidade ou de sigilo legal que tenha sido assumida pela Parte Receptora ou à qual esta esteja obrigada em relação a esses Dados Pessoais.

12.5. Dados Pessoais e Dados Sensíveis. As Partes reconhecem que os Dados Pessoais e Sensíveis estão sujeitos a um maior rigor, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, quando houver operações de Tratamento de Dados Pessoais e Sensíveis, deve ser garantido que as proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas, como, por exemplo, mas não limitando a criptografia.

12.6. Programa de Segurança e Governança de Dados. As Partes se comprometem a instituir e manter um programa abrangente de segurança e governança de dados pessoais. Esse programa deverá estabelecer controles técnicos e administrativos apropriados para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais objeto de Tratamento, além de garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e demais normas que versem sobre privacidade e proteção de dados pessoais.

12.7. Medidas de Segurança. A Contratada instituiu medidas de segurança de acordo com o disposto pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e espera que a Contratante desenvolva ou esteja em fase de implementação de medidas cabíveis de segurança e governança de dados pessoais, para proteger as informações pessoais



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

tratadas, inclusive, mas não se limitando à confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais.

12.8. Direitos dos Titulares. As Partes serão responsáveis, quando agirem como Controladoras, conjunta ou independente, pelo recebimento, processamento e atendimento das solicitações de exercício de direitos dos titulares dos dados Pessoais, devendo a outra Parte cooperar para isso quando os Dados Pessoais sejam por ela tratados, conforme disposto nesta cláusula.

12.9. Sempre que solicitado por uma das Partes, a outra Parte deverá auxiliar no atendimento das requisições realizadas por titulares em relação aos Dados Pessoais tratados para as finalidades deste instrumento, providenciando todas as informações solicitadas pela outra Parte de forma imediata ou no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, justificando os motivos da demora.

12.10. Em relação aos tratamentos independentes, em que cada Parte conste como Controladora independente, ou quando uma das Partes venha a ser qualificada como Operadora e a outra como Controladora, a Parte classificada como Controladora independente daquele tratamento específico ficará responsável pelo atendimento à solicitação do titular de dados. Caso uma Parte venha a receber uma solicitação pela qual não seja responsável, por não realizar tal tratamento ou por ser mera Operadora de tal tratamento, ficará responsável por direcionar o titular dos Dados Pessoais para que faça sua solicitação à Parte correta.

12.11. Responsabilidade pelos Operadores. As Partes concordam em supervisionar os seus Operadores e qualquer outra Parte agindo em seu nome para que estes apenas realizem o Tratamento de dados seguindo as instruções fornecidas pela Parte responsável pela subcontratação, assumindo esta responsabilidade integral por todos os atos e omissões do subcontratado, assim como pelos danos, qualquer que seja sua natureza, deles decorrentes.

12.12. Transferência Internacional. Caso seja necessária a transferência internacional de Dados Pessoais para o cumprimento do presente instrumento, as Partes deverão implementar as medidas de segurança necessárias para a garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais transferidos.

12.13. Incidentes de Segurança. Na ocorrência de qualquer Incidente de Segurança, conforme definido abaixo, que envolva Dados Pessoais compartilhados com base neste instrumento, a Parte que venha a tomar conhecimento de tal ocorrência deverá: a) comunicar a outra Parte sobre o ocorrido imediatamente, no prazo máximo de 02 (dois)



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

dias úteis, contado a partir da ciência do Incidente de Segurança, sendo permitindo, ainda, complementar as informações em prazo ser oportunamente ajustado entre as Partes; b) consultar a outra Parte sobre medidas a serem adotadas no tratamento do Incidente de Segurança; e c) Colaborarem as Partes para, conjuntamente e na medida de suas respectivas responsabilidades, limitar o alcance do vazamento, impedir novas ocorrências, bem como mitigar, eliminar, indenizar ou de outra forma tratar os efeitos do Incidente de Segurança.

12.14. Auditoria. Sempre que estritamente necessário, deverão as Partes auxiliares uma a outra no atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, auditorias e qualquer outro procedimento providenciando, sem demora injustificada, em prazo previamente ajustado, toda e qualquer informação solicitada pela outra Parte, desde que necessária para elaboração da resposta aos titulares de dados. As tratativas com prazos omissos na legislação devem ser tratados no mesmo rigor em tempo hábil, sem demora injustificada, sem que haja prejuízo a qualquer uma das partes, resguardado o princípio da boa fé.

12.15. Responsabilidades. A parte infratora será responsável por quaisquer reclamações, perdas e danos, despesas processuais judiciais, administrativas e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da parte inocente, multas, inclusive, mas não se limitando àquelas aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, além de qualquer outra situação que exija o pagamento de valores pecuniários, quando os eventos que levaram a tais consequências decorrerem de: (i) descumprimento, pela parte infratora, ou por terceiros por ele contratados, das disposições expostas neste instrumento; (ii) qualquer exposição acidental ou proposital de dados pessoais; (iii) qualquer ato da parte infratora ou de terceiros por ela contratados, em discordância com a legislação aplicável à privacidade e proteção de dados.

12.16. Término do Tratamento. Ao término da relação entre as Partes, as Partes comprometem-se a eliminar, corrigir, anonimizar, armazenar e/ou bloquear o acesso às informações, em caráter definitivo ou não, que tiverem sido tratadas em decorrência deste instrumento para as Finalidades comuns das Partes, salvo permissão legal para a manutenção desse tratamento, estendendo-se essa obrigação a eventuais cópias desses Dados Pessoais. Mesmo após a rescisão deste instrumento ou de outros acordos celebrados entre as Partes, as obrigações das Partes perdurarão enquanto ela tiver acesso, estiver em posse ou conseguir realizar qualquer operação de tratamento com os Dados Pessoais envolvendo informações fornecidas pela outra Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 O presente contrato é formalizado mediante procedimento de Pregão Eletrônico, conforme previsão da Lei nº 14.133 sujeitando-se integralmente as partes às normas da mencionada lei.

13.2. A presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício da contratante perante a contratada e seus subordinados.

13.3. Fica expressamente vedada a subcontratação do objeto do presente contrato.

13.4. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis.

13.5. A execução do presente contrato será acompanhada pela Fiscal de Contratos desta Edilidade, a servidora Gislaine Silvestre Rosa.

13.6. Será considerada como data de assinatura do presente instrumento contratual, a data em que o último representante de uma das PARTES, qualificada no preâmbulo, assinar o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DO FORO:

14.1. Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato será competente o foro judicial com competência territorial sobre a contratante, qual seja, Itirapina -SP.

Itirapina, data de 2026.

Câmara Municipal de Itirapina

Vereador Gabriel Ferreira Gobbi

CONTRATANTE



CÂMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 03, Nº 67 – Centro – Caixa Postal 45 – CEP 13530-000.

Fone/Fax: (19) 3575-1186 / 3575-1902

CNPJ-52.152.923/0001-62 – Inscr. Estadual isenta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

Tania Mara Pereira Zacarin

CPF: xxxxxxxxxxxx

Assinatura:

Gislaine Silvestre Rosa

CPF: xxxxxxxxxxxx

Assinatura: